



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região

ARION
MAZURKEVIC
17/07/2026
GAB28 TRT9

Ata/Pauta - 22.06.2026 - 2ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2026 (ID 18166850)

Agendamento (ID 18166851)

Data: 22/06/2026

Horário: 10:00

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

Desembargador Presidente e Gestor de Metas (Coordenador do CGE) - Arion Mazurkevic

Desembargador Vice-Presidente - Benedito Xavier da Silva

Desembargador Corregedor - Archimedes Castro Campos Junior

Desembargadora Diretora da Escola Judicial - Thereza Cristina Gosdal (suplente - Juíza Coordenadora Simone Galan de Figueiredo)

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - Eduardo Milléo Baracat

Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - Arion Mazurkevic

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas - Adilson Luiz Funez (suplente - Desembargadora Neide Alves dos Santos)

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau - Arion Mazurkevic

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau - Arion Mazurkevic

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (Vice-Coordenadora do CGE) - Nair Maria Lunardelli Ramos

Magistrada eleita como representante do 1º Grau de Jurisdição - Edinéia Carla Poganski (suplente - Juiz Rafael Tanner Fabri)

Secretária-Geral da Presidência - Danielle Correa Polak Sigwalt

Secretária-Geral Judiciária - Roberta de Biasio Pires

Diretora-Geral - Ana Cristina Navarro Lins

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - Eduardo Silveira Rocha

Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (Secretária do CGE) - Cláudia Cristina Thamm Otta

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna - Fabrício Teilo de Araujo

Assessor da Assessoria de Comunicação - Irineo Frare Baptista Netto

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição - Cátia Cristine Cunha Pauperio

Diretora de Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º Grau de Jurisdição -



Documento "Ata/Pauta - 22.06.2026 - 2ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2026", no sistema Vetor, processo "Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (Nº 283737)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.QGBZT.UTZAA no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

Ana Márcia Nogueira (suplente - Antonio Marcos Penna Borges)
Magistrada Presidente da AMATRA IX - Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia
Representante do Sinjutra - Pedro Ivan Perar
Presidente da OAB-PR - Luiz Fernando Casagrande Pereira
Presidente da AATPR - Roberto Pontes Cardoso Junior
Procurador-Chefe do MPT-PR - Iros Reichmann Losso
Juíza Auxiliar da Presidência - Angélica Cândido Nogara Slomp
Juiz Auxiliar da Corregedoria - Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
Secretário da Corregedoria Regional - Sandro Augusto Haisi



Local da reunião: Videoconferência

Participantes:

Membros do Comitê de Governança e Estratégia

Desembargador Presidente e Gestor de Metas (Coordenador do CGE) - Arion Mazurkevic
Desembargador Vice-Presidente - Benedito Xavier da Silva
Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição - Eduardo Milléo Baracat
Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - Arion Mazurkevic
Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas - Adilson Luiz Funez
Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau - Arion Mazurkevic
Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau - Arion Mazurkevic
Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (Vice-Coordenadora do CGE) - Nair Maria Lunardelli Ramos
Secretária-Geral da Presidência - Danielle Correa Polak Sigwalt
Secretária-Geral Judiciária - Roberta de Biasio Pires
Diretora-Geral - Ana Cristina Navarro Lins
Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - Eduardo Silveira Rocha
Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (Secretária do CGE) - Cláudia Cristina Thamm Otta
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna - Fabrício Teilo de Araujo
Assessor da Assessoria de Comunicação - Irineo Frare Baptista Netto
Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição - Cátia Cristine Cunha Pauperio
Diretora de Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º Grau de Jurisdição - Ana Márcia Nogueira (suplente - Antonio Marcos Penna Borges)

Convidados



Documento "Ata/Pauta - 22.06.2026 - 2ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2026", no sistema Vetor, processo "Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (Nº 283737)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2026.QGBZT.UTZAA no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

Magistrada Presidente da AMATRA IX - Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia

Juiza Auxiliar da Presidência - Angélica Cândido Nogara Slomp

Servidores da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística - Luiz Henrique Tacconi, Tatiane Centeno Prestes, Ricardo Ainati Humphreys, Luiz Francisco De Souza, Cleuci Biembenguti da Silva, Denise Maria Poletto, Israel Petrônio da Silva, Anderson Corrêa da Silva, João Paulo Bossoni, Rhodney Cezar More, Renato Azevedo, Marcos Vinícios Carneiro Rocha e Natália de Araujo Ferreira.



Itens da reunião (ID 18166859)

Item 1 da pauta: Acompanhamento das Deliberações da Reunião Anterior (ID 18166860)

Nome do item: Acompanhamento das Deliberações da Reunião Anterior

Descrição:

A servidora Cláudia Cristina Thamm Otta, Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, fez a abertura da reunião e apresentou o acompanhamento das deliberações da reunião anterior do Comitê de Governança e Estratégia, realizada em abril de 2026.

Em relação ao processo de elaboração das Metas Nacionais para 2027, informou que, conforme deliberado na reunião anterior, foram adotadas medidas para estimular a participação de magistradas, magistrados, servidoras e servidores, com o envio de ofícios aos colegiados temáticos reforçando o convite à participação, bem como de convite e material preparatório a todo o público interno. Informou, ainda, que o material também foi encaminhado aos membros do Conselho de Cooperação Administrativa e Judiciária para apresentação de contribuições, tendo sido recebidas duas manifestações.

Na sequência, relatou o cumprimento da deliberação referente à comunicação periódica dos resultados das metas aos membros do Comitê, destacando que o primeiro informativo foi encaminhado no início de junho, contemplando o desempenho das metas até o mês de maio. Esclareceu, ainda, que os comunicados passaram a incluir links para os painéis de acompanhamento das metas, incentivando sua utilização pelos gestores. Ressaltou que os painéis internos do Tribunal apresentam dados atualizados diariamente, enquanto os painéis disponibilizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho são atualizados mensalmente, refletindo os resultados do mês anterior.

Quanto à deliberação relativa à atuação conjunta com a Corregedoria Regional e a Presidência para identificação de processos estratégicos ao cumprimento das metas, informou que, no último mês, foi realizado trabalho conjunto com a Secretaria-Geral da Presidência para identificação e tratamento de processos relevantes tanto para o alcance das metas nacionais quanto para os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade, cujo prazo de aferição se encerra em 31 de julho.



Comunicou, ainda, que, no início do segundo semestre, será intensificada a atuação junto aos gabinetes, com foco na identificação e tratamento desses processos.

Por fim, informou que a terceira deliberação da reunião anterior, referente à realização da Audiência Pública para elaboração participativa das Metas Nacionais, foi devidamente cumprida, tendo o evento sido realizado no dia 18 de junho de 2026.

Concluída a apresentação do acompanhamento das deliberações, a palavra foi passada ao Coordenador de Estratégia, Projetos e Processos, Luiz Henrique Tacconi, para apresentação dos resultados das metas do Tribunal até o mês de maio de 2026.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 2 da pauta: Resultados das Metas Nacionais - Janeiro a Maio de 2026 (ID 19844524)

Nome do item: Resultados das Metas Nacionais - Janeiro a Maio de 2026

Descrição:

Dando continuidade à reunião, o servidor Luiz Henrique Tacconi, apresentou o panorama do desempenho das metas estratégicas e nacionais do Tribunal até o mês de maio de 2026. Inicialmente, esclareceu que os dados apresentados foram extraídos dos painéis internos do Tribunal, elaborados a partir das mesmas bases utilizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ressaltando que eventuais diferenças decorrem apenas das datas de atualização dos sistemas. Também apresentou a estrutura das metas vigentes, destacando a distinção entre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, as metas específicas da Justiça do Trabalho, as metas vinculadas ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e a meta institucional do Tribunal.

Informou que o conjunto de metas monitoradas vem aumentando progressivamente nos últimos anos, passando de oito metas em 2023 para vinte e três metas em 2026, o que amplia a complexidade do acompanhamento e do cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Em relação às metas da Justiça do Trabalho, registrou que a maioria se encontrava em situação satisfatória ou em andamento compatível com o



cronograma previsto para o exercício.

Na sequência, apresentou o desempenho das metas processuais, com destaque para os seguintes resultados:

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

- O percentual de cumprimento encontrava-se em 77%, refletindo o crescimento expressivo da demanda processual recebida pelo Tribunal.
- Destacou que, embora o quantitativo de processos julgados seja superior ao dos anos anteriores, o volume de novos processos distribuídos também apresentou aumento significativo, tornando o cumprimento da meta mais desafiador.
- Registrou, ainda, a incidência da cláusula de barreira relacionada à taxa de congestionamento líquida da fase de conhecimento, mecanismo que pode influenciar a aferição final da meta.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

- A Parte 1 da meta, relativa ao julgamento dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2024, já apresentava índice superior ao exigido, alcançando aproximadamente 98,8% de cumprimento.
- A Parte 2, referente aos processos pendentes de julgamento há cinco anos ou mais, também se encontrava cumprida, com resultado superior ao objetivo estabelecido.
- Destacou que o reduzido estoque de processos abrangidos por essa parcela da meta contribui para o resultado alcançado.

Meta 3 – Estimular a conciliação

- O índice de conciliação encontrava-se em patamar superior a 50%, demonstrando a consolidação da cultura conciliatória no âmbito do Tribunal.
- Embora o resultado estivesse abaixo da média necessária para o cumprimento da meta principal, permanecia acima do percentual mínimo alternativo previsto pelo Conselho Nacional de Justiça, assegurando, até o momento, o atingimento do objetivo.

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

- O indicador apresentava tendência de redução ao longo do exercício.
- O Coordenador esclareceu que a metodologia de cálculo utilizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho considera o período compreendido entre 1º de janeiro e a data da aferição, razão pela qual os resultados parciais tendem a sofrer alterações até o encerramento do exercício.
- Ressaltou que o acompanhamento dos meses subsequentes permitirá avaliação mais precisa das perspectivas de cumprimento da meta.

Em relação às demais metas da Justiça do Trabalho, destacou o



acompanhamento das iniciativas voltadas à sustentabilidade, memória institucional, comunicação social, proteção de dados pessoais, saúde de magistrados e servidores, equidade racial, combate ao trabalho infantil e cooperação judiciária, registrando que a maioria das ações previstas encontrava-se em andamento e dentro do cronograma estabelecido.

Também apresentou a situação da meta institucional vinculada ao Selo de Excelência da Corregedoria Regional, relacionada ao índice de extinção dos processos na fase de cumprimento de sentença, informando que o indicador se encontrava em trajetória de cumprimento, a exemplo dos exercícios anteriores.

Ao final, destacou que, apesar do aumento contínuo da demanda processual, os indicadores demonstram evolução consistente do desempenho do Tribunal, especialmente quanto ao volume de processos julgados e ao tratamento dos processos mais antigos.

Concluída a apresentação dos resultados das metas, a palavra retornou à Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística para prosseguimento da pauta da reunião.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 3 da pauta: Outras demandas relacionadas à Governança e à Estratégia - Resultado do TRT-PR no Ranking da Transparência 2026 (aguardando CNJ)- Situação atual do Prêmio CNJ de Qualidade - Projetos e Riscos (ID 19844517)

Nome do item: Outras demandas relacionadas à Governança e à Estratégia - Resultado do TRT-PR no Ranking da Transparência 2026 (aguardando CNJ) - Situação atual do Prêmio CNJ de Qualidade - Projetos e Riscos

Descrição:

Prosseguindo com a pauta, a Diretora da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, Cláudia Cristina Thamm Otta, apresentou informações relativas a outras demandas de governança e estratégia.

Ranking da Transparência:

Inicialmente, informou que o Tribunal aguarda a divulgação do resultado



preliminar do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, prevista para o mês de junho. Esclareceu que a avaliação do Portal da Transparência pelo Conselho Nacional de Justiça ocorreu nos meses de abril e maio, havendo expectativa de divulgação dos resultados até o final do mês.

Prêmio CNJ de Qualidade:

Em relação ao Prêmio CNJ de Qualidade 2026, comunicou que o Tribunal está na fase de consolidação das evidências a serem encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça. Informou que as unidades responsáveis estão realizando o envio da documentação necessária e que a SGE está promovendo a compilação e revisão dos materiais, observando o prazo final de 31 de julho para o envio das informações.

Portfólio de Projetos Institucionais:

Na sequência, apresentou a evolução do portfólio de projetos institucionais desde a última reunião do Comitê. Registrou a conclusão de seis projetos, destacando:

- Revisão do Plano de Gestão de Riscos das Contratações;
- Atualização do Regulamento Geral do Tribunal;
- Estudo para implementação da equivalência de carga de trabalho para magistrados de primeiro grau;
- Estruturação de processos e fomento às contratações sustentáveis.

Informou, ainda, o início de nove novos projetos, dentre os quais ressaltou:

- Projeto e-Contrata, destinado à estruturação dos procedimentos de contratação mediante utilização de dados estruturados no sistema Vetor;
- Proposta de Inovação - Projeto Gabinete Interamericano;
- Proposta de Inovação - Projeto de Valoração Qualitativa do Trabalho Judicial;
- Projeto de adequação do teletrabalho em atendimento às determinações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- Projeto Chat-JT nas Varas do Trabalho;
- Projeto de pesquisa, inovação e desenvolvimento voltado à utilização de modelos de linguagem de grande porte (LLM), conduzido pela Divisão de Ciência de Dados e Inteligência Artificial.

Informou que o portfólio institucional conta atualmente com trinta e cinco iniciativas em andamento, sem prejuízo dos projetos integrantes do portfólio de Tecnologia da Informação e Comunicação, geridos pela SGTIC.

A Diretora também destacou a publicação do Ato nº 47/2026, que instituiu formulário padronizado para apresentação de propostas de projetos no âmbito do Tribunal. Explicou que, a partir da nova sistemática, todas as propostas submetidas passam por análise técnica da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, incluindo avaliação do alinhamento estratégico e dos benefícios



institucionais esperados.

Apresentou, ainda, panorama do alinhamento estratégico do portfólio de projetos, demonstrando a distribuição das iniciativas entre os objetivos estratégicos do Tribunal. Destacou a concentração de projetos voltados ao fortalecimento da governança e da gestão estratégica, bem como às ações destinadas à promoção da celeridade processual e à melhoria da prestação jurisdicional por meio de soluções digitais e instrumentos inovadores.

Na sequência, trouxe informações acerca do portfólio de riscos institucionais, destacando que o acompanhamento dos riscos críticos integra as atribuições do Comitê de Governança e Estratégia. Informou que o Tribunal possui atualmente setenta e três riscos ativos cadastrados e monitorados, distribuídos entre diversas áreas temáticas, com maior concentração nos temas de ética e integridade, tecnologia da informação e comunicação, e governança e estratégia.

Esclareceu que, nos termos da Política de Gestão de Riscos do Tribunal, os riscos classificados como altos ou extremos são considerados críticos e demandam tratamento prioritário. Informou que, atualmente, treze riscos se enquadram nessa classificação.

Dentre os riscos críticos monitorados pela área de Tecnologia da Informação, destacou aqueles relacionados à disponibilidade do Processo Judicial Eletrônico (PJe), à insuficiência de recursos para custeio e investimento em tecnologia e à impossibilidade de iniciar ou dar continuidade a projetos estratégicos em razão de limitações de recursos.

Quanto aos riscos monitorados pela Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, ressaltou:

- Tratamento inadequado de dados pessoais em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- Adoecimento de servidores e magistrados com potencial impacto na força de trabalho;
- Resistência cultural ao engajamento das unidades no Plano de Logística Sustentável;
- Riscos relacionados à gestão de contratações, incluindo atrasos, descontinuidade de serviços, utilização inadequada de recursos e falhas nos procedimentos de transparência.

Como exemplo de ação de mitigação, destacou que o Projeto e-Contrata contribuirá para automatizar a publicação dos artefatos relacionados à transparência das contratações, reduzindo a dependência de procedimentos manuais e diminuindo significativamente o risco de falhas nesse processo.

Por fim, informou que os painéis utilizados para acompanhamento das metas,



projetos, riscos e demais demandas estratégicas permanecem disponíveis para consulta na Intranet, reforçando a importância de sua utilização pelos gestores e unidades do Tribunal.

Encerradas as apresentações relativas às demandas de governança e estratégia, a reunião foi concluída.

Solução Proposta:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

